



PROFESSORES E FORMAÇÃO DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: ALFABETIZAÇÃO, PROJETO DE VIDA E PROTAGONISMO JOVEM

TEACHERS AND YOUNG TRAINING IN COMPLIANCE WITH SOCIO-EDUCATIONAL MEASURE: LITERACY, LIFE PROJECT AND YOUNG PROTAGONISM

 **Cristina Miyuki Hashizume**

Doutora em Psicologia, UMESP/ UEPB

Universidade Estadual da Paraíba, UEPB

Campina Grande, PB, Brasil

Universidade Metodista de São Paulo, UMESP

São Bernardo do Campo, SP, Brasil

Cristina.mhashizume@gmail.com

 **Andrea Guerra Pedrosa**

Especialista em Educação e Direitos Humanos, UFABC

Fundação CASA - SP

Santo André, SP, Brasil

a.guerra@ufabc.edu.br

Resumo: Este artigo se propõe a refletir sobre a formação de jovens do sistema socioeducativo e interações junto a professores que trabalham em projetos de alfabetização e especificamente, ii: descrever projeto de alfabetização desenvolvimento em unidade do Sistema Socioeducativo de São Paulo e suas repercussões no projeto de vida do adolescente; e, por fim, iii) relacionar a ação docente no sistema socioeducativo à formação de grupos jovens protagonistas que se poderão se tornar lideranças conscientes em suas atuações institucionais. MÉTODO: Trata-se de do relato de projeto de alfabetização de professores que atuam no sistema socioeducativo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Na disciplina “Projeto de Vida”, em rodas de conversa, foi discutida a condição do adolescente, tornando-o consciente da amplitude social e dos conflitos e contradições decorrentes da sua formação subjetiva. Nosso debate contribuiu na formação de professores e coordenação pedagógica e na formação identitária de alunos em internação.

Palavras-chave: Educação e Direitos Humanos, docência; sistema socioeducativo.

Abstract: This article proposes i: to reflect about the formation of young people in the socio-educational system and interactions with teachers working in literacy projects and specifically, ii: to describe a literacy project developed in a unit of the Socio-educational System of São Paulo city and its repercussions on the adolescent's life project; and, finally, iii) relate the teaching action in the socio-educational system to the formation of young groups that may become conscious leaders in their institutional actions. METHOD: This is the report of a literacy project of teachers working in the socio-educational system with adolescents in compliance with a socio-educational measure. In the discipline "Project of Life", in conversation wheels, the condition of the adolescent was discussed, making him aware of the social amplitude and the conflicts and contradictions resulting from his subjective formation. Our debate contributed to teacher training, pedagogical coordination, and identity training of students.

Keywords: Education and Human Rights, teaching; socio-educational system.

Para citar – ABNT NBR 6023:2018

HASHIZUME, Cristina Miyuki; PEDROSA, Andrea Guerra. Professores e formação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa: alfabetização, projeto de vida e protagonismo jovem. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 90-102, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n1.23023>

Introdução

O projeto de vida, disciplina e tema transversal obrigatório no currículo da educação básica propõe-se a modificar o curso da história, desde que seja propiciado ao homem um trabalho livre e solidário. A conscientização e a realidade são outras formas nucleares no pensamento freireano, que concebe a emancipação através da educação uma forma de libertação subjetiva e cidadã. Nesse sentido, a consciência, instrumento que propicia a inserção crítica da pessoa conscientizada numa realidade desmistificada em um processo de transformação do modo de pensar e fomentada pela idealização torna-se importante metodologia para a ressocialização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

No presente texto, propomos-nos a refletir sobre a formação de jovens do sistema socioeducativo e interações junto a professores que trabalham em projetos de alfabetização, levando em conta dados do SINASE (2017) que mencionam o perfil dos adolescentes institucionalizados no sistema socioeducativo em geral, e em específico do estado de São Paulo. Nossas análises no presente textos referir-se-ão a um projeto de alfabetização realizado por professores que atuam na instituição e por pedagogos, centrado em pressupostos de dialogicidade: saber ouvir, dialogar, respeitar o modo de pensar do outro, vivenciar a realidade do grupo e criar vínculos para facilitar a reflexão, promovendo conscientização e luta pelos seus ideais. Dessa maneira, acreditamos ser esse projeto uma possibilidade de formação especial em que o adolescente se vê instado a desenvolver e problematizar a sua tomada de consciência e atitude crítica, num movimento de cidadania ativa (CANDAU, 2000) em que docente e alunos promovem a libertação desse jovem, no sentido de tirá-lo de uma condição de submissão, domesticação, adaptação e apagamento social em que se encontra.

Aqui também é importante trazer um questionamento sobre o termo “ressocialização”. Por que tais adolescentes precisam ser ressocializados? A socialização que apresentam não é legítima, não é suficiente para fazê-los serem reconhecidos enquanto sujeitos participativos na sociedade? Por que o modo de ser/ estar no mundo periférico não pode ser reconhecido como um modo a ser respeitado, com seu lugar garantido e representativo? De que ressocialização se está falando? No debate com especialistas da área, também se usa do termo “socialização”, como forma de demarcar que nenhuma socialização desses jovens é reconhecida como legítima ou suficiente para adentrar espaços institucionais e de poder mantendo sua representatividade em lugares importantes para essas minorias.

Nosso trabalho objetivou analisar o trabalho docente junto a adolescentes do sistema soci-

oeducativo de São Paulo – SP, atuando no que se refere ao Projeto de vida dos adolescentes, constituída em sua metade por afrodescendentes. (56% do total de atendimentos das medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, conforme SINASE, 2017).

Acreditamos que se faz importante que no ensino junto a eles se dimensione aspectos históricos, sociais, além do combate ao racismo e às discriminações que atingem particularmente os negros e jovens de periferia, em acordo ao que preconizam as Leis contra o racismo e outras legislações vigentes com vistas a não aceitar violações seja em sala de aula, seja em sociedade, ou em instituições socioeducativas. E mais do que isso, como o Projeto de Vida vem sendo problematizado junto aos adolescentes?

Referencial teórico

A primeira lei promulgada e divulgada em 9 de janeiro de 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 10.639, obriga a inclusão da história, da arte, literatura e cultura africana e afro-brasileiras nos currículos escolares de todas as redes de ensino do país e é complementada pela lei 11 645/ 2008. Tal legislação garante, minimamente, a representatividade dessa cultura nas disciplinas ministradas na educação básica, o que já desmistifica e torna obrigatório o reconhecimento e o respeito social em relação a ela.

A partir dessa lei e Diretrizes torna-se necessário identificar primeiramente pelos documentos elaborados o quanto esses ainda revelam práticas de uma educação racista. Um pouco dessa “inércia histórica” infelizmente também se reflete na escrita dos próprios documentos que se pretendem erradicar práticas racistas. Por isso ressaltamos a importância de uma formação para a cultura inclusiva, o que vai se dar na formação de professores para tal. Em nosso entendimento, é no chão da escola que podemos formar alunos, desde as séries iniciais para um modo de olhar para si e para os outros de forma respeitosa e acolhedora da diferença de toda ordem como uma característica que enriquece os grupos, a sala de aula e, futuramente, a vida social e profissional a que esses cidadãos serão inseridos. Nesse sentido, debater o projeto de vida desses adolescentes pautado no respeito à diversidade, traz à luz o debate sobre a valorização da cultura negra e periférica, que poderá mudar o modo de inserção social do público de egressos do sistema em médio e longo prazo, quebrando estereótipos e estigma.

A identidade de um ser humano se inicia já nos primeiros anos de vida. Se a criança não se reconhece, terá dificuldades em desenvolver atitudes, conhecimentos ou mesmo prosseguir em seus estudos e percurso pela vida.

Compreender que grande parte dos adolescentes internos do sistema socioeducativo ainda

não é alfabetizada reforça a necessidade de, na formação de professores discutir-se o tema. Já que na formação inicial isso nem sempre é alvo de estudos, é no local de trabalho que o tema deve se constituir como prioridade e forma de garantia de cidadania através do conhecimento, seja ele mais focado à profissionalização, seja com vistas a promover saber propedêutico e erudição. Trata-se de uma ação afirmativa, em que esse adolescente deve ter um tratamento diferenciado no que tange às oportunidades de estudo, aprendizado e momentos de formação e debate sobre o seu projeto de vida seja durante, seja após a internação.

Apesar de limites como a resistência de professores na discussão e recuperação sobre a interseccionalidade e sua influência na história de vida do adolescentes institucionalizado, a implementação da lei garante que se amplie reflexões sobre os danos causados pela prática do racismo brasileiro ou racismo estrutural, tanto na autoestima das crianças, de jovens e adultos brasileiros que não se reconhecem nos livros, nos documentos, nos conteúdos, nas brincadeiras, nas rodas de conversa, ou no cenário escolar. Quando trabalhamos com fins de valorizar a contribuição de negras, negros, e pessoas em situação de vulnerabilidade social posicionamo-nos contra qualquer tipo de discriminação, reforçando que cabe à escola garantir tratamento igualitário, democrático para além de apenas cumprir o que constam nas leis: requer, acima de tudo, a mudança e ampliação de olhares na perspectiva de incluir e retirar da invisibilidade de certos setores sociais, dando oportunidades de modo a restabelecer injustiças e discriminações do passado que determinaram a reclusão desse jovens no sistema socioeducativo.

O projeto de Alfabetização é utilizado na disciplina “Projeto de vida” com vistas à recuperação de uma dívida no direito à educação, que foi tolhido desses jovens vulneráveis. Desenvolvido numa unidade da Fundação Casa da Região Metropolitana de São Paulo, o projeto contempla ações para alfabetizar e letrar alunos em cumprimento com a medida socioeducativa, resgatando as potencialidades do ser humano além de suprir necessidades relativas à defasagem escolar. Na oficina de alfabetização e letramento com adolescentes, aspectos como: autoestima, identidade do cidadão, a importância de ser chamado pelo próprio nome são aspectos importantes para a construção de um protagonismo em relação à sua própria história. Ao pensarmos a “ressocialização” desses jovens, entendemos ser fundamental a valorização de sua história, suas potencialidades, através de descobertas de si relativa a diferentes aspectos: habilidades que estavam adormecidas, história sua ancestralidade, relação com a família, projetos futuros profissionais, pessoais, sociais.

No projeto de alfabetização e é ressaltada a necessidade de serem independentes também na questão da escrita do nome, fazendo um pareamento com nossa história de colonizados que engloba o duro período da escravidão, que significou muitas violações a toda sorte de princípios de respeito à dignidade da pessoa humana, a começar pelo direito à vida. Mas também problematiza

a colonização como um modo de organização social e política que se desdobrou num modelo de ensino autoritário, elitista e mantenedor do status quo.

Realizados esses debates e análises em parceria com os adolescentes, estes começaram a entender, a despertar, a ter esperança ativa, transformadora, desenvolvimento e problematização de princípios de valores, da ética e de seu dever como cidadãos, que têm direitos e responsabilidades. Compreendendo que as relações sociais e o protagonismo não se fazem apenas individualmente, mas em coletividade, entendemos que o processo de alfabetização também deve se dar no encontro com o coletivo, mexendo com as histórias pessoais de cada um, mas em contato permanente com o grupo, que ancora e estabiliza o debate na medida em que possibilita aprofundamento de questões que individualmente cada um não consegue encaminhar.

Enquanto profissional da educação acreditamos ser a educação pública uma grande oportunidade de fazer com que os jovens vivenciem possibilidades de relações mais democráticas e justas, experiência essa que nem sempre eles tiveram em sua vida pregressa ao sistema. Nesse sentido, as produções coletivas propostas no projeto de alfabetização valorizam os conhecimentos prévios dos educandos e sua relação com o cenário e história que trazem. Procuo levar o conhecimento, pois lidamos com vidas e essas pessoas precisam de uma mudança com respeito e dignidade. Ressalvo a satisfação dos alunos em colocar na prática o que aprenderam com consciência, isto mostra o quanto eles necessitam de oportunidade, esperança.

Ao mesmo tempo, antecipar passos junto com eles, fazendo-s refletir sobre as mudanças possíveis para a sua vida após alfabetizados também é um momento importante de se praticar a educação emancipatória freireana. Questões relativas ao aprendizado da leitura, escrita e de matemática seguem metodologia utilizada na elaboração do Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional (INAF) que mensura o domínio dos estudantes sobre determinados conhecimentos, habilidades e competências, detectando pontos fortes e dificuldades da turma e de cada aluno, o que funciona de fato como um diagnóstico, auxiliando-os na aprendizagem despertando-os a motivação para superação.

A partir desse parâmetro pedagógico, avalia-se o domínio da leitura, escrita, a capacidade de fazer cálculos e de resolver problemas, verificando variáveis externas, mudança contínua de escolas, transtorno, dificuldade de aprendizagem. As sistematizações desses indicadores são transmitidas aos professores das respectivas classes para que possam planejar atividades, oportunizando e proporcionando reflexões que colaborem com a efetiva aprendizagem individual dos adolescentes. A oficina de alfabetização utiliza o método Fônico, priorizando o ensino dos sons dos grafemas

do alfabeto, a partir de letras mais simples (vogais) até as mais complexas (consoantes), o que posteriormente avança para a formação de sílabas e palavras através da utilização de cartões de apresentação de letras e sons, associação dos sons e figuras, preenchimentos dos espaços em branco para formação de palavras, troca de letras para transformar as palavras. A alfabetização proposta neste projeto se propõe a ser significativa, já que o aprendizado de leitura e escrita requer o entendimento do *porquê* e o *para quê*, assim como uma formação para a cidadania.

Paralelamente ao aprendizado na socioeducação sobre a importância dos limites e que as suas ações positivas ou negativas resultarão em consequências para seu projeto de vida, o projeto de alfabetização também colabora no estabelecimento de limites como fundamental para que esses jovens vivenciem momentos de cooperação e diálogo. Outro aspecto fundamental é a solidariedade, pertencente à Dimensão Humana das habilidades e competências que devem ser trabalhadas com os estudantes apoia o aprendizado de trabalho em grupo.

Nosso projeto, portanto, utiliza-se de referenciais e recortes teóricos da Educação em Direitos Humanos como essencial para a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz. Educar em Direitos Humanos pressupõe educar com os Direitos humanos e para a cidadania. Nesse sentido, ações como a Educação, Arte, Cultura, Cursos Profissionalizantes são complementares ao projeto de alfabetização, que no sistema socioeducativo promovem essa formação integral para a cidadania. A sistematização e organização da instituição no estado de São Paulo também é um exemplo de como políticas públicas para a formação de educadores pode trazer um trabalho mais efetivo e substancial com vistas a uma melhor reinserção e inclusão social dos egressos do sistema.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seus artigos 34 e 87, prevê o aumento progressivo da jornada escolar para o regime de tempo integral, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza as iniciativas de instituições parceiras que desenvolvem experiências extra escolares (LDB, art. 3, inciso X). Estas indicações de legalidade sinalizam, portanto, que o direito à educação precisará ir além da garantia formal do acesso à escola para possibilitar o desenvolvimento integral, assegurando-lhes aquisição de aprendizagens em todas as áreas da vida.

A pandemia da COVID-19 foi um agravante para que explicitou dificuldades que vinham sendo administradas de forma encoberta ao longo dos anos que antecederam a crise sanitária. Com esse cenário novo, foi necessário adaptar a rotina das atividades para aulas remotas tendo o cuidado de manter a mesma qualidade de ensino contribuindo para a formação de uma cidadania ativa, crítica em que as pessoas percebam as consequências individuais e também sociais de cada escolha,

com um senso de responsabilidade. Como resultado desse aprendizado os adolescentes participaram de apresentações (remotas) para colegas de escolas diferentes como Sarau, oficinas de artes, visita virtual a museus mostrando que apesar dos inúmeros desafios é possível desenvolvermos práticas de cidadania. A alfabetização se coloca como um processo de redescobertas do mundo em relação a diferentes vivências: das artes, do pertencimento a novas comunidades, à produção de sentido.

Método

Trata-se do relato da experiência de professores e pedagogos em um projeto de Alfabetização junto a adolescentes do sistema socioeducativo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. No bojo da disciplina “Projeto de Vida” foi proposta a esses jovens através de seus professores e pedagogos do sistema, rodas de conversa para prévio mapeamento de experiências acerca da leitura e escrita.

Por se tratar um projeto que atua também em Educação e Direitos Humanos, também discutiu a condição seccional dos adolescentes, tornando-o consciente da amplitude social e dos conflitos e contradições decorrentes da sua formação subjetiva. Compreender esse contexto permite ao adolescente se autoconhecer e se posicionar em relação às condições socio-históricas de sua existência, melhorando a sua aceitação e formação social. Conhecer a aplicação desse projeto também se baseou na análise da formação docente, em colaboração com a coordenação pedagógica da escola responsável, além da conscientização e formação identitária para os alunos em medida privativa de liberdade e sua reconstrução do projeto de vida, agora, alfabetizado.

Resultados e análises

Sobre a realização de oficinas, Nascimento (1999) afirma ser este um local de trabalho pedagógico, ao convidar o grupo para a construção coletiva, refletindo sobre o próprio funcionamento e transmissão de saberes. O autor também acredita que o trabalho realizado nas oficinas possibilita “efeitos terapêuticos e analíticos na medida em que remete o grupo a interpretações que envolvem suas emoções, afetividade, fantasias e a procura por seu significado/significante na textura política, social e histórica” (NASCIMENTO et al, 1999, p. 26).

Considerando que um analfabeto também já é um sujeito histórico que produz cultura e que a alfabetização o faz adentrar tal círculo através de um olhar crítico e cidadão, as palavras que vão gerar a alfabetização são termos com significado na vida. A consciência crítica, portanto, se

semeia nesse momento de percepção do mundo de uma forma diferenciada, e agora, nem tanto ingênua porque contextualizada numa visão de mundo que compreende as exclusões pelas quais esses jovens passaram. Com a alfabetização conquistada, entendemos que o jovem se percebe como ser histórico, situado no espaço e no tempo, que transforma a realidade e cria a si mesmo (BONIN, 2008). Esse primeiro passo, sabemos, deve ser estimulado pela leitura e escrita de textos e de outras fontes de comunicação, refletindo sua prática.

Feigel (2008) reforça que na perspectiva freireana, educar para a cidadania é também dar ao indivíduo a oportunidade ímpar de estudar mais e mais. Isso é observado nos adolescentes, quando o vemos avançando nas diferentes séries, ciclos e modalidades, sendo visto, inclusive adolescentes progredirem no estudo cursando não apenas o ensino médio, mas também o ensino superior. Sabemos que apenas a formação de ensino fundamental, nos dias de hoje, mas também para o esclarecimento e a emancipação cidadã não é suficiente.

Assim atentando-se para o caráter pedagógico da realização das oficinas de alfabetização transitamos por questões da docência, mas também de histórias sobre o sofrimento e interseccionalidades inerentes à condição do professor e aluno-adolescente que cumpre medidas socioeducativas. As vivências da prática de ato infracional e cumprimento de medida socioeducativa são entendidas como ponto que facilitaria a identificação entre os jovens atendidos pelos professores

Os temas e discussões das oficinas devem ir ao encontro do contexto e cotidiano do grupo, a fim de aguçar o interesse e envolvimento de seus membros, contribuir para a reflexão e aprendizagem de seus membros sobre as experiências vividas e compartilhadas por eles, de forma a possibilitar novas interpretações e sentidos para a realidade em questão (NASCIMENTO et al, 2012, p.104).

É importante, portanto, buscar um ambiente no qual os participantes das pesquisas se sintam confortáveis para expor suas vivências, falar abertamente com seus pares e construir novas formas de ser no mundo. O trabalho com grupos, discutindo e problematizando situações do cotidiano, como escrita de cartas e de sua própria história de vida, é visto como uma potência de transformação da realidade (WELLER, 2006)

As oficinas de alfabetização dos docentes e pedagogos com os adolescentes se mostram como uma pesquisa cartográfico-interventiva que, de acordo com Hashizume (2020) permite “análises complexas e inovadoras sobre a pesquisa humanizada, integral e comprometida com a mudança social dos indivíduos envolvidos” (HASHIZUME, 2020, p. 248). A perspectiva cartográfica permite que a pesquisa também atue como importante ferramenta de intervenção, tendo a compreensão de uma metodologia que possibilita o acesso à realidade e às ideias que se tem sobre determinados temas e suas oscilações, engendradas pelos contextos sócio-políticos, relações de

saber e poder nas instituições. Cartografar, nesse sentido, é acompanhar processos e compreendê-los. Sem se propor a representar opiniões ou formas de se pensar um determinado assunto, a cartografia reinventa a metodologia de pesquisa, propondo movimentos: funções de dispositivos no método da transformação da realidade. Na pesquisa-intervenção a inseparabilidade entre conhecer e fazer, e entre pesquisar e intervir deve acompanhar os efeitos do próprio percurso de investigação, sendo necessário transformar para conhecer, e com isso, valorizar a experiência concreta como intervenção. Nesse sentido, existe uma dimensão política na pesquisa, donde decorrem engajamentos e implicação tanto de pesquisadores como de pesquisados. (HASHIZUME, 2020).

O exercício de observar como o racismo está presente e age na sociedade junto aos adolescentes atendidos pelos professores, é crucial para a criação de estratégias que visem seu enfrentamento e a superação. Propor ações junto aos jovens impactados pelos mecanismos nos quais o racismo se materializa é uma maneira de tentar reduzir os danos causados pelo mesmo na vida destes jovens. O projeto de vida é um tema transdisciplinar, obrigatório por lei, que propicia momento importante para que situações diversas sobre a vida de cada jovem possa ser problematizada, questionada e ressignificada à luz de um debate interseccional, que considere questões relativas à história colonial de apagamentos, violências e falta de oportunidade a que esses jovens foram expostos, o que culminou com o cometimento do ato infracional.

A literatura demonstra que as oficinas são locais propícios para trocas e construção de conhecimentos sobre temas comuns aos indivíduos ali reunidos. A estigmatização do trabalho docente no sistema socioeducativo fica aparente no discurso dos docentes, quando estes trazem experiências que remetem a preocupações de familiares sobre o trabalho que desempenham, quando descrevem o tratamento dos agentes educacionais em relação aos adolescentes. Durante as oficinas, também é nítido práticas que explicitam o racismo estrutural observado e perpetuado também nos órgãos públicos. A percepção dessas violências para que a mesma seja apontada, com o objetivo de que os sujeitos dessas ações sejam responsabilizados como uma maneira de reconhecer e combatê-la no cotidiano.

Podemos indagar por que os discursos, frequentemente críticos e inovadores dos textos nem sempre traduzem o cotidiano da escola e se mostram distanciados entre discurso e ação. As decisões tomadas na escola, para se efetivar, devem partir da própria prática cotidiana, sendo, portanto, necessário conhecê-la, pois a vida cotidiana insere-se na história, que modifica-se e modifica as relações sociais.

Há que se defender, na formação de professores, a construção de propostas para discussões

necessárias na criação de novos paradigmas, rompendo com modelos hegemônicos em que se impera ainda um modelo branco, masculino, heterossexual e jovem:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas (...). A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994: 177-178).

Numa sociedade capitalista que compara uns aos outros, hierarquizando negros, mestiços e brancos, se não refletirmos seriamente sobre essa situação construindo coletivamente formas para criar oportunidades equânimes para negros, indígenas e brancos, estaremos contribuindo para a reprodução do racismo. É preciso ensinar aos nossos alunos e novas gerações que algumas diferenças construídas na cultura e nas relações de poder construíram narrativas em que haveria grupos inferiores, além de colocar tais diferenças como se fossem naturais.

Portanto, para romper esse discurso tradicional existente, é necessário que formemos nossos alunos sobre a história da África e da cultura afro-brasileira, fazendo-os se orgulhar da marcante e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como essa se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros.

A discriminação “cultural” vem a reboque do físico, pois os racistas acham que “tudo que vem de negro, de Preto” ou é inferior ou é maléfico (religião, ritmos, hábitos, etc). Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar.

O papel do escravo negro foi crucial para os começos da história e economia política em um país fundado, como Brasil, sobre o imperialismo parasitário. Sem a escravidão, a estrutura econômica poderia não ter existido. Sob esse pesado manto da exploração da mão de obra escrava foi que uma narrativa de suposta harmonia racial foi construída. O mito que prevalece no senso comum e que foi construído historicamente diz que no desenvolvimento social do Brasil houve fácil de integração dos povos. Atuar junto a essas questões é promover a identificação entre eles a se perceberem, com ajuda do tema Projeto de Vida, como um coletivo se empoderado para o enfrentamento ao racismo.

A construção da identidade negra a partir de referências positivas é um desafio a ser enfrentado, principalmente em um contexto social e histórico no qual, para ser aceito, é preciso renunciar a si mesmo, negar-se. Para Gomes e Silva (2001) o avanço na proposição das leis acima citadas operacionaliza as ações orientadas por tratados internacionais e contribui para a construção

de uma sociedade antirracista ao privilegiar os ambientes escolares como um espaço basilar no combate ao racismo e à discriminação racial. Há necessidade de se garantir igual acesso à educação para todos e todas, na lei, mas principalmente na prática, além de adoção e implementação de leis que proíbam a discriminação baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica em todos os níveis de educação. Tais ações estão preconizadas na legislação educacional do país, e devem acontecer tanto na educação formal quanto na informal, devendo a socialização e visibilidade da cultura negra-africana ter o apoio de esforços que assegurem ambiente formativo seguro, livre da violência e de assédio motivados por racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância.

Formar para o multiculturalismo fala de uma posição de respeito ao aquilombamento: ou seja, ações que visam construir uma sociedade mais justa e sustentável, com base na reconexão com os seus e consigo mesmo, aproximando a ancestralidade dos povos originários para o presente. Para que tal processo seja formativo e efetivamente reconhecido, deve incluir afeto, escuta, acolhimento, ressignificação e resgate de memórias, com vistas à construção de um modo de ser que se previna quanto ao sofrimento psíquico que o racismo estrutural promove, que não é da ordem da intimidade, mas sim, político.

Considerações finais

Nosso artigo se propôs a refletir sobre a formação de jovens do sistema socioeducativo analisando projetos de alfabetização que ocorriam em parceria com a disciplina de Projetos de Vida. Ao descrever a estrutura de apoio das políticas públicas aplicadas em unidade do Sistema Socioeducativo de São Paulo na Grande São Paulo e suas repercussões no projeto de vida do adolescente pudemos perceber a transformação que esses projetos em colaboração de rede permitem um avanço na qualidade da formação do jovem no sentido de torná-lo protagonista de sua própria história. Ao se perceber como cidadão ativo, corresponsável pela produção de seu futuro, o adolescente se coloca de forma mais ativa e consciente em relação à sociedade e às decisões da cidade e das instituições. Também a existência de políticas e ações afirmativas no sentido de reinserir esses jovens de forma representativa em diferentes espaços é uma forma de ressocializá-los, transformando suas expectativas acerca de sua vida, e futuro pessoa, profissional, social, o que envolve uma reconstrução de sentidos. Esse rico processo se dá envolvendo não apenas aspectos cognitivos do sujeito, mas principalmente afetos, interações que atuarão intra e intersubjetivamente nesses jovens. Nesse sentido, o projeto atua de forma a transformar e redirecionar o plano de vida desses jovens, e conseqüentemente suas famílias e redes de interação, tão importante quando consideramos a educação em direitos humanos.

O trabalho docente é indispensável para a (trans)formação dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativa haja visto ser ele um personagem em quem o jovem confia e estabelece uma relação de parceria e atenção. Nem todos os jovens possuem contato com seus familiares, sendo esse, inclusive fator importante que determinou o cometimento da infração. Por isso, o professor se coloca como uma figura referência e uma possibilidade de o adolescente se mostrar como pessoa que é, com suas fragilidades, afetos, cheios de dúvidas e expectativas quando à sua vida pós institucionalização. Nesse sentido, a ação docente no sistema socioeducativo colabora de forma efetiva na formação de grupos jovens protagonistas que se poderão se tornar lideranças conscientes em suas atuações institucionais e para além do sistema.

Referências

- AFONSO, M. L. M. (Org.) *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BONIN, LFR. Educação, consciência e cidadania. SILVEIRA, AF., et al., org. *Cidadania e participação social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 92-104.
- BRASIL. *Constituição Federal. 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 13/04/2022.
- BRASIL. *Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em 13/04/2022.
- BRASIL. *Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm Acesso em 13/04/2022
- CERQUEIRA, D.; LIMA, R. S. de; BUENO, S. et al. *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: IPEA-FBSP, 2017.
- FEIGEL, Z. Educação de jovens e adultos e construção da cidadania. In: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO., org. *Formação de pessoal de nível médio para a saúde: desafios e perspectivas* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. 224 p.
- GOMES, Nilma Lino. LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da Crueldade: Racismo e Extermínio da Juventude Negra. In: *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/yyLS3jZvjzrvqQXQc6Lp9k/abstract/?lang=pt> Acesso em: 24/05/2022.
- HASHIZUME, C.M. A cartografia como método de investigação e intervenção em realidades da educação e saúde: reflexões sobre pesquisas qualitativas. *REVASF*, vol. 10, n.21, p. 245-258, Petrolina, maio/junho/julho/agosto, 2020.
- NASCIMENTO et al. Psicologia e oficinas de grupo na formação de educadores. *Cadernos de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 9, p.24-32, dez, 1999.

WELLER, V. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.32, n.2, p.241 – 260. Maio/ago. 2006.